AVALIAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

RESUMO EXECUTIVO

Com base na Avaliação de Direitos Humanos (SocialX, agosto de 2024)

Brazilian Nickel

DIREITOS HUMANOS NO PROJETO PIAUÍ NÍQUEL

A Brazilian Nickel (BRN) tem o compromisso de respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, em linha com os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs). Como parte da sua devida diligência em direitos humanos para o Projeto Piauí Níquel (PPN), a BRN contratou em 2024 uma Avaliação de Direitos Humanos independente, com o objetivo de entender como o Projeto pode afetar os direitos de trabalhadores e comunidades na sua área de influência, identificar riscos e impactos reais e potenciais e reconhecer os grupos que podem estar mais vulneráveis a eles.

A avaliação foi realizada pela consultoria independente SocialX e concluída em agosto de 2024. Seguiu as orientações dos Princípios do Equador para avaliações de direitos humanos e o ICMM Human Rights Due Diligence Guidance, e considerou também a legislação brasileira, os Padrões de Desempenho 1 e 4 da IFC e os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos.

Este resumo apresenta o escopo e a abordagem da avaliação, seus principais resultados e como a BRN os está incorporando à gestão do Projeto.

O PROJETO E SEU CONTEXTO

O PPN foi concebido para produzir níquel e cobalto por meio da lixiviação em pilhas de minério laterítico, na localidade de Brejo Seco, município de Capitão Gervásio Oliveira, no sudeste do Piauí. Sua área de influência direta abrange os municípios de Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio Oliveira, Dom Inocêncio e São João do Piauí.

A região está no semiárido nordestino, onde grande parte da população vive na zona rural e depende da agricultura familiar, e onde a escassez hídrica e a infraestrutura limitada são desafios históricos. A avaliação estimou que, no pico das obras, a força de trabalho do Projeto poderá aumentar a população local em aproximadamente 10%.

COMO A AVALIAÇÃO FOI REALIZADA

A avaliação combinou:

- **Revisão de referências:** UNGPs, orientações dos Princípios do Equador e do ICMM, Padrões de Desempenho da IFC, Princípios Voluntários e legislação brasileira de direitos humanos;
- **Análise do sistema de gestão da BRN:** políticas, procedimentos, planos de gestão socioambiental, treinamentos, capacidade da equipe e registros de denúncias relacionados a direitos humanos;
- **Análise socioeconômica:** dados dos quatro municípios da área de influência direta, extraídos da atualização da linha de base socioeconômica do Projeto (maio de 2024), para identificar grupos e áreas vulneráveis;
- **Entrevistas internas:** reuniões de trabalho com gestores e analistas da BRN das áreas de Meio Ambiente, Recursos Humanos e Sustentabilidade.

Cada questão foi classificada segundo sua gravidade (escala, abrangência e possibilidade de reparação) e probabilidade, primeiro sem e depois com as medidas de gestão da BRN. A avaliação também analisou a maturidade da BRN na gestão de direitos humanos com base no guia do ICMM e nos princípios operacionais dos UNGPs.

> **Escopo desta avaliação.** Trata-se de uma avaliação inicial, baseada principalmente em análise documental. Em linha com os UNGPs, o foco foi em potenciais impactos adversos, sem avaliar as contribuições positivas do Projeto, como geração de empregos, compras locais e investimento social.

GRUPOS QUE PODEM ESTAR MAIS VULNERÁVEIS

Na área de influência direta do Projeto, a avaliação identificou cinco grupos que podem estar mais vulneráveis a impactos adversos:

- População negra;
- Crianças;
- Mulheres;
- Comunidades quilombolas;

- Pequenos agricultores familiares.

Os principais fatores de vulnerabilidade foram baixa renda (todos os quatro municípios têm renda per capita abaixo das médias estadual e nacional), desigualdades de gênero (refletidas, por exemplo, nos índices de gravidez na adolescência e no acesso ao trabalho) e desigualdades raciais e étnicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A avaliação concluiu que o compromisso da BRN com os direitos humanos já está refletido em suas políticas corporativas, incluindo o Código de Ética e Conduta e as políticas de emprego e condições de trabalho, saúde, segurança e meio ambiente, inclusão e diversidade, social e de comunidades, segurança e cadeia de suprimentos, bem como em um conjunto de planos de gestão socioambiental que tratam de muitos dos riscos do Projeto. Também identificou oportunidades de melhoria, com destaque para a necessidade de uma Política de Direitos Humanos específica, de processos mais formais para avaliação contínua, monitoramento e reparação de impactos, e de reporte público sobre direitos humanos.

Das 27 questões de direitos humanos analisadas, oito foram identificadas como prioritárias para o PPN (Tabela 1). Entre os principais fatores de contexto estão o influxo esperado de pessoas em busca de trabalho, a infraestrutura local limitada de saúde, água e saneamento, a presença de comunidades quilombolas, a aquisição de terras e o potencial reassentamento, e o uso de segurança privada e pública.

Tabela 1 – *Questões prioritárias de direitos humanos do PPN e principais medidas de gestão*

Questão prioritária	Por que é relevante para o PPN	Principais medidas de gestão
Vida e segurança pessoal	O aumento populacional e do tráfego de veículos pesados durante as obras pode afetar a segurança das comunidades.	Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente; Política de Segurança; Plano de Saúde e Segurança da Comunidade; Plano de Gerenciamento de Tráfego; Plano de Gerenciamento de Influxo; estrada de acesso dedicada e afastada das comunidades.
Saúde	Poeira, efluentes e ruído, somados à maior pressão sobre os serviços locais de saúde, podem afetar a saúde de trabalhadores e comunidades.	Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente; Plano de Saúde e Segurança da Comunidade; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); ambulatório no site para a força de trabalho.

Questão prioritária	Por que é relevante para o PPN	Principais medidas de gestão
Água e saneamento	A escassez hídrica do semiárido e o influxo populacional podem afetar o acesso à água e ao saneamento.	Plano de Gerenciamento de Influxo; Plano de Acomodação dos Trabalhadores; programas de monitoramento de águas superficiais, subterrâneas e efluentes.
Direitos das comunidades tradicionais	Comunidades quilombolas da região podem sofrer alterações indiretas em seu modo de vida.	Política Social e de Comunidades; Política de Inclusão e Diversidade; Código de Ética e Conduta; monitoramento da pressão sobre serviços públicos.
Forças de segurança	A atuação da segurança privada e pública pode, se não for bem gerida, afetar direitos de trabalhadores e comunidades.	Política de Segurança; Plano de Gerenciamento da Segurança alinhado aos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos.
Propriedade e uso da terra	A implantação do Projeto exige aquisição de terras e reassentamento involuntário.	Programa de Negociação Fundiária; Plano de Aquisição de Terras; planejamento do reassentamento alinhado ao Padrão de Desempenho 5 da IFC.
Direitos dos migrantes	A chegada de pessoas em busca de trabalho pode aprofundar desigualdades e pressionar os serviços locais.	Política de Emprego e Condições de Trabalho; Plano de Gerenciamento de Influxo; Plano de Acomodação dos Trabalhadores.
Assédio (moral e sexual)	O crescimento da força de trabalho durante as obras aumenta o risco de assédio envolvendo pessoas ligadas ao Projeto.	Código de Ética e Conduta; canal de denúncias independente; treinamento sobre assédio moral e sexual.

Com as medidas implementadas ou previstas, a avaliação concluiu que nenhuma das questões prioritárias permaneceu em nível residual severo ou alto. As oito seguem exigindo gestão, monitoramento e supervisão contínuos.

Além disso, a BRN monitora voluntariamente três questões que não foram classificadas como prioritárias: trabalho infantil; trabalho forçado e tráfico de pessoas; e os direitos dos trabalhadores de empresas contratadas e fornecedores.

O QUE ESTAMOS FAZENDO

A avaliação recomendou oito ações para fortalecer a abordagem da BRN e alcançar o pleno alinhamento aos UNGPs. Elas tratam da adoção de uma Política de Direitos Humanos; do fortalecimento da forma como os impactos são avaliados, prevenidos, mitigados, monitorados e reparados; da definição de procedimentos claros de gestão fundiária; da consulta aos detentores de direitos e reavaliação dos impactos; e do reporte público sobre direitos humanos.

A BRN adotou uma Política de Direitos Humanos que formaliza seu compromisso com os UNGPs. Ela está disponível na nossa página de Documentos.

As demais recomendações estão sendo incorporadas aos processos de gestão existentes do Projeto, incluindo:

- **Engajamento de stakeholders:** diálogo contínuo com comunidades, trabalhadores e demais partes interessadas ao longo de todo o ciclo de vida do Projeto, com atenção especial aos grupos vulneráveis identificados na avaliação;
- **Acesso à terra e reassentamento:** elaboração de Marcos de Política de Reassentamento (Resettlement Policy Frameworks), quando aplicável, em linha com o Padrão de Desempenho 5 da IFC;
- **Gestão de riscos:** identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de direitos humanos por meio do Registro de Riscos Socioambientais do Projeto, mantido e atualizado ao longo do tempo;
- **Acesso à reparação:** mecanismo de queixas operado de forma independente, aberto a qualquer pessoa que acredite ter sido afetada pelo Projeto (veja Fale Conosco abaixo);
- **Reporte público:** Relatórios de Sustentabilidade anuais com atualizações sobre os temas de direitos humanos relevantes.

A BRN também pretende atualizar a Avaliação de Direitos Humanos. Esse processo envolverá o engajamento direto com detentores de direitos, como membros da comunidade, trabalhadores, terceirizados e grupos vulneráveis, e reavaliará os riscos identificados em 2024 à luz do avanço do Projeto.

FALE CONOSCO

Se você acredita ter sido afetado pelo Projeto Piauí Níquel (PPN), ou se tem alguma preocupação, reclamação ou dúvida relacionada ao Projeto, entre em contato pelo canal **“Fale Conosco”**.

Este canal é operado por uma empresa independente e especializada, que busca oferecer um atendimento acessível e acolhedor. Todas as manifestações são registradas e acompanhadas por meio de um sistema dedicado, que permite a gestão de prazos e o acompanhamento de cada caso.

Você pode entrar em contato pelos seguintes canais:

- **Telefone gratuito:** 0800 942 2102
- **WhatsApp:** use o mesmo número para mensagens de texto, ligações ou mensagens de voz
- **Atendimento em Libras:** disponível pelo número 0800
- **Atendimento presencial:** realizado pela equipe de Relacionamento com Comunidades durante atividades de campo e visitas, ou em situações que envolvam outras partes interessadas, como contratadas, fornecedores e lideranças locais.

O atendimento por telefone e WhatsApp funciona **de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h**. Fora desse horário, você pode deixar uma mensagem para retorno.

Você pode registrar sua manifestação de forma **anônima**. Seus dados pessoais são protegidos, e cada registro recebe um número de protocolo que permite acompanhar o andamento da sua manifestação.